

PERCEPÇÕES DOCENTES NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

REIS, Tayná Aparecida¹; MARTINS, Adriane²; MOLLICA, Adriana Maria Vieira³; CONDÉ, Patrícia Peluso⁴; OLIVEIRA, Claudia Alexandre⁵; CARMO, Amanda Juliana do⁶

¹ Pedagoga - Unifagoc. E-mail: taynareis96@gmail.com

² Docente do curso de Pedagogia - Unifagoc. E-mail: adriane.martins@unifagoc.edu.br

³ Docente do curso de Pedagogia - Unifagoc. E-mail: nae@unifagoc.edu.br

⁴ Docente do curso de Pedagogia - Unifagoc. E-mail: patricia.conde@unifagoc.edu.br

⁵ Docente do curso de Pedagogia - Unifagoc. E-mail: claudia.oliveira@unifagoc.edu.br

⁶ Docente do curso de Pedagogia - Unifagoc. E-mail: amanda.carmo@unifagoc.edu.br

RESUMO

Este estudo teve o intuito de discutir as percepções docentes encontradas pelo professor no processo de ensino aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil em uma escola particular da cidade de Ubá/MG. Para tanto, cinco (5) professores responderam um questionário da autora Oliveira (2005) o qual continha doze (12) perguntas sobre o assunto em questão. As respostas foram analisadas e comentadas no interior deste trabalho. Os resultados apontaram dados importantes, como: a dificuldade por parte dos familiares na aceitação do diagnóstico, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem, prejudicando o tratamento e o modo de ensinar dos professores; as dificuldades em encontrar um profissional adequado e especializado no acompanhamento da criança em sala de aula juntamente com o professor titular; além, é claro, dos aspectos do próprio transtorno, como a dificuldade na fala e a falta de interação, entre outros. Portanto, é necessário ressaltar a importância da formação continuada dos professores e seus ajudantes em sala, focada nos aspectos comportamentais e pedagógicos, para poderem, assim, criar condições adequadas à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança autista.

Palavras-Chave: Autismo; Ensino-aprendizagem; Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma síndrome comportamental que tem nas áreas da interação social, linguagem e comunicação seu maior comprometimento, juntando-se a isso características como comportamentos repetitivos e estereotipados (SANINI; BOSA, 2015).

Segundo Gonçalves (2013, p.01), “autismo deriva do grego: autos, que significa em si mesmo. A palavra autismo foi usada pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, psiquiatra infantil americano”. Já a Associação Psiquiátrica Americana, através do seu Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais – 4ª Edição (DSM IV, 2002), citado por

Gonçalves, define autismo como: “a presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses.” (GONÇALVES, 2013, p.01).

Até os anos 1960, o autismo era visto como um transtorno emocional, motivado pela inabilidade dos pais em ofertar afeto no decorrer da criação dos filhos, o que geraria alterações relevantes no desenvolvimento de crianças. No entanto, é importante deixar claro que essa hipótese era fundamentada unicamente pelas descrições de casos, não havendo comprovação científica, mostrando-se equivocada no decorrer dos anos, quando foi evidenciada através de estudos a presença de distúrbios neurobiológicos.

Após esses estudos, o autismo passou a ser entendido como um transtorno do desenvolvimento, deixando de ser mencionado como uma psicose infantil para ser compreendido como um Transtorno Global (ou Invasivo) do Desenvolvimento (BELISÁRIO FILHO; CUNHA, 2010).

Para Brito (2015, p.01) o Autismo ou Transtorno do Espectro Autista “é uma síndrome complexa que afeta três importantes áreas do desenvolvimento humano que é a comunicação, a socialização e o comportamento”. O autor ressalta ainda que apesar dos estudos realizados, até hoje não se sabe a causa da síndrome ao certo e nem se pode haver a cura, apresentando-se somente tratamento.

Sanini e Bosa (2015) ressaltam que é nítido que todas essas peculiaridades têm reflexos na rotina do dia a dia e também na escola. Familiares, professores e escola precisam estar cientes de todas as particularidades da criança que apresenta o autismo, sabendo que, quanto maior a clareza na comunicação direta com a criança, maior vai ser seu entendimento e interação com todas as atividades.

A Educação Infantil é o primeiro passo da criança à independência, pois ela fica distante da proteção da família e começa a interagir com mais naturalidade com outras crianças e a formar um grupo social. Nesse contexto, incluem-se novas maneiras de se relacionar e de se comportar, aumentando o repertório da criança e os medos, tanto da própria criança como da família (SANINI; BOSA, 2015).

Vitta e Monteiro (2010 apud SANINI; BOSA, 2015, p.02) acrescentam que “nesse contexto, no caso da inclusão, representa um desafio duplo para o professor. A Educação Infantil é importante para o desenvolvimento de qualquer criança, especialmente para aquelas com necessidades educativas especiais, o que inclui o autismo”. Ainda de acordo com o autor,

existem estudos que relatam a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento de crianças com autismo.

Höher-Camargo (2007 apud SANINI; BOSA, 2015, p.02) pesquisou o perfil de competência social de uma criança em período pré-escolar com autismo, em um cenário de inclusão escolar, em relação a uma criança típica. Observaram-se nesse estudo indícios de competência social na criança com autismo, entendendo que as diferenças observadas entre elas vêm mais em “função da menor frequência/intensidade dos comportamentos apresentados pela criança com autismo do que da sua ausência per se”.

Mediante o que foi dito acima, este estudo se torna relevante à medida que pretende lançar uma reflexão significativa sobre as dificuldades encontradas pelo professor no processo de ensino e aprendizagem da criança autista na Educação Infantil, como também possibilitar, através da referida pesquisa, uma nova perspectiva tanto para a criança autista, quanto para a prática docente, contribuindo, assim, para uma inclusão de qualidade. Tenciona-se responder a seguinte questão-problema: quais as percepções encontrados pelo professor no processo de ensino e aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil em uma escola particular da cidade de Ubá/MG?

O objetivo geral deste trabalho é analisar as percepções do professor no processo de ensino e aprendizagem do aluno autista na educação infantil em uma Escola particular da cidade de Ubá/MG e, como objetivos específicos, tem-se: conceituar Transtorno do Espectro Autista (TEA); descrever sobre as peculiaridades do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil e analisar os desafios e dificuldades enfrentadas pelo professor no ensino da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Para tanto, será realizada uma pesquisa de campo com sete (7) professores de uma escola particular da cidade de Ubá/MG no período de junho e julho de 2020.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação Infantil

De acordo com Carneiro (2012) a Educação Infantil no Brasil teve início a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho, quando surgiram as creches com o intuito de substituir o lar enquanto as mães trabalhavam. Nesse cenário, tinha-se uma visão assistencialista, a qual perdurou entre o final do século XIX e início do século XX, sendo a condição educacional dessa faixa etária nula.

A Educação Infantil só passou a ser considerada um direito de todas as crianças através da Constituição Federal de 1988 e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394 de 1996. Segundo Carneiro (2012, p.01), a “LDB define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social”.

Logo após a aprovação da Constituição Federal de 1988, mais precisamente dois anos depois, foi aprovada a Lei 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, instituiu os direitos humanos para as crianças e adolescentes. Para Ferreira (2000 apud PASCHOAL; MACHADO, 2009), o ECA é mais que um instrumento jurídico, é a inserção das crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos, no desenho e fiscalização de políticas públicas, possibilitando um novo olhar sobre a criança, sobre seu mundo, ou seja, a criança com direito de ser criança.

Mendes (2010 apud CARNEIRO, 2012, p.84) argumenta que:

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança (MENDES, 2010 apud CARNEIRO, 2012, p.84).

Para Grispino (2006), a estimulação prematura das crianças colabora bastante para o seu aprendizado futuro, visto que melhora a capacidade motora, afetiva, o relacionamento social e o desenvolvimento da autonomia. Outro ponto importante é entender que a função de “brincar no processo educativo é conduzir a criança, ludicamente, para suas descobertas cognitivas, afetivas, de relação interpessoal, de inserção social. A brincadeira leva a criança ao conhecimento da língua oral, escrita e da matemática” (GRISPINO, 2006, p.09).

A Educação Infantil passou, nos últimos vinte anos, e ainda vem passando por grandes transformações. Se no passado tinha somente o caráter assistencial, devido às grandes mudanças do mundo capitalista, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, hoje é vista como uma fase importante para o desenvolvimento da criança, sendo um assunto discutido em âmbito educacional. É consenso entre educadores, pesquisadores e especialistas a sua importância no desenvolvimento da criança nas primeiras vivências educacionais (REIS, 2015).

2.2 Os desafios da inclusão na Educação Infantil

De acordo com Baggio (2007, p.19), “o aumento do número de crianças deficientes na Educação Infantil faz parte do movimento mundial pela inclusão. Mas se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para instituições, professores e sociedade”.

Esse aumento não é algo casual, mas, sim, fruto da mobilização da sociedade por um direito garantido pela Constituição Brasileira de 1988, que assegura a entrada no Ensino Fundamental regular a qualquer criança e adolescente, sem distinção, ressaltando que a criança com necessidade educacional especial tem o direito de ser atendida por um profissional especializado dentro da própria escola. Ainda segundo Baggio, a inclusão ganhou reparo com a LDB 9394/96 e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que coibiu qualquer tipo de discriminação ou exclusão que seja baseada na deficiência, seja ela física ou mental (BAGGIO, 2007).

Porém, Garcia (2006) pontua que decretos e diretrizes não são, por si sós, capazes de dar sucesso à educação inclusiva, ressaltando que a esta deve ser constituída na escola por todos, escola, professores e família, sendo discutida para poder atender ao interesse dos envolvidos em prol de uma educação inclusiva eficiente e de qualidade.

Ainda segundo o autor, a efetivação da educação inclusiva requer uma “ação complementar no contexto social por meio de trabalho conjunto com os serviços de apoio da educação especial, que também são responsáveis pela articulação e interface com os diferentes setores: saúde, ação social, e outros” (GARCIA, 2006, p.16).

No que refere ao Projeto Político-Pedagógico, este deve conter atitudes que integrem atenção, cuidado e educação, sendo uma iniciativa da instituição educacional reunir as ações intersetoriais de saúde e seguridade social que respondem às necessidades de desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância (GARCIA, 2006).

Para Garcia (2006), é importante que os municípios formulem uma política educacional inclusiva e a escola, um projeto pedagógico que vá além da visão assistencialista de educação compensatória. Isso depende da criação de centros de Educação Infantil que agreguem o cuidado e valorizem a educação como uma maneira de socialização, autonomia moral, desenvolvimento de competências e participação na vida cultural da comunidade. Garcia (2006, p.16) acrescenta que “a transformação desses conceitos é que se constituem, na realidade, o grande desafio para elaboração do Projeto Político-Pedagógico na Educação Infantil”.

Garcia (2006, p.16) ressalta:

A partir desse princípio, é fundamental compreender a importância e a necessidade da formulação de projetos pedagógicos que enfatizem a formação humana, o respeito mútuo, as competências e a promoção da aprendizagem, contemplando as necessidades educacionais específicas de todos os educandos. A implementação de um projeto para educação inclusiva demanda vontade política, planejamento e estratégias para capacitação continuada dos professores do ensino regular em parceria com professores especializados, dirigentes e equipe técnica dos centros de educação infantil, visando construir e efetivar uma prática pedagógica que lide com níveis de desenvolvimento e processos de aprendizagem diferenciados, buscando juntos a solução dos conflitos e problemas que surjam nesse processo.

2.3 Formação e atuação do professor na inclusão do aluno autista

O professor é peça fundamental no quesito da inclusão; por isso é necessário entender que ele precisa ter uma formação mais adequada ao seu papel e esse necessita ser contínuo e permanente, não bastando somente cursos de graduação, pós-graduação e aperfeiçoamento. São importantes, além desses, que haja cursos de curta e média duração que capacitem esses professores. A continuidade da formação é o fator primordial para se conseguir as competências que auxiliam o docente com as crianças especiais. Os professores precisam saber lidar com a diversidade, moldar o ensino ao benefício e ao ritmo da aprendizagem de cada uma, ajudando-a a ter significativas experiências de aprendizagem, pois é o que vai fazer a inclusão escolar funcionar, a ser realmente efetiva para o discente (BAGGIO, 2007).

Vilella, Lopes e Guerreiro (2013) citam Perrenoud (1993) quando argumentam que é importante que se façam reformulações na formação do professor do ensino básico, devido ao fato de que muito do que eles veem em sala de aula é diferente da realidade que irão vivenciar em sua vida profissional e, para que a inclusão seja plena, é necessário que a prática pedagógica seja modificada.

Nessa perspectiva, Barbosa *et al.* (2013) afirmam que “a inclusão da criança com autismo em sala de aula deve existir de forma consciente; o conjunto escolar tem que possuir um suporte pedagógico sólido para incluir o aluno no contexto educacional”, acrescentando ainda que:

A inclusão da criança com autismo em escolas de ensino regular tem sido bastante discutida no âmbito educacional devido à complexidade das características e dificuldades apresentadas por elas quando inseridas na escola. Quando tratamos sobre o processo de inclusão escolar de crianças com autismo, diretamente recaímos sobre o papel do professor, visto que ele é o principal responsável e mediador da aprendizagem dos alunos (BARBOSA, *et al.*, 2013, p.196).

Segundo Varella (2011, p.01), o autismo é um “transtorno global do desenvolvimento marcado por três características fundamentais: inabilidade para interagir socialmente;

dificuldade no domínio da linguagem para comunicar-se ou lidar com jogos simbólicos; padrão de comportamento restritivo e repetitivo”.

De acordo com Costa e Nunesmaia (1998 apud MARTINS, 2011, p.14), as seguintes características relacionadas ao autismo e identificadas no desenvolvimento da criança, são:

Quando recém-nascido se parece diferente de outros bebês, raramente chora, torna-se rígido quando é pego no colo. Primeiro ano, não pede nada, não nota sua mãe, sorrisos, resmungos, demonstra falta de interesse por jogos, é muito reativo aos sons, não é afetuosos à ausência de comunicação verbal ou não verbal, é hipo ou hiper-reativo aos estímulos, há aversão pela alimentação sólida, etapas do desenvolvimento motor são irregulares ou retardadas. Segundo e o terceiro anos, é indiferente aos contatos sociais, comunica-se mexendo a mão do adulto, o interesse pelos brinquedos, consiste em alinhá-los, procura estimulações sensoriais como ranger os dentes, esfregar e arranhar superfícies, fixar fixamente detalhes visuais, olhar mãos em movimento ou objetos com movimentos circulares. Quartos e quintos anos possuem ausência do contato visual, linguagem limitada ou ausente – ecolalia- inversão pronominal, anomalias do ritmo do discurso, do tom e das inflexões e resistência às mudanças no ambiente e nas rotinas, entre outros. (COSTA; NUNESMAIA,1998 apud MARTINS, 2011, p.14).

Martins (2011) esclarece que, apesar de vários estudos a respeito do autismo, ainda hoje não se encontrou um diagnóstico de sua causa real, mas as consequências são nítidas e, quanto antes for diagnosticado, melhor para a criança. Porém, segundo Tenente (2015), o diagnóstico não é fácil, não existe um exame específico que indique o problema, é preciso uma avaliação multidisciplinar composta por psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, sendo, em alguns casos, confundido com surdez, deficiência intelectual ou mesmo com problemas de linguagem.

Os sinais são mais nítidos depois dos 3 anos, por isso, é de sua importância que os pais observem as crianças antes dessa idade, porque quanto antes for diagnosticado melhor, assim o sistema nervoso poderá responder aos estímulos mais rapidamente (TENENTE, 2015, p. 10).

Para Varella (2011, p.01) o diagnóstico “é clínico, levando em consideração o comprometimento e o histórico do paciente e norteia-se pelos critérios estabelecidos por DSM–IV (Manual de Diagnóstico e Estatística da Sociedade Norte-Americana de Psiquiatria) e pelo CID-10 (Classificação Internacional de Doenças da OMS)”.

Em relação à medicação, Amorim (2016) relata que essa deve ser prescrita pelo médico e somente quando há alguma comorbidade neurológica ou psiquiátrica, ou mesmo, quando os sintomas prejudicam o cotidiano do autista e familiares. Mas é importante ressaltar que não há uma medicação específica para o tratamento do autismo (AMORIM, 2016).

Brito (2015) ressalta que em relação aos aspectos educacionais, esses devem ter como pauta a integração social da criança autista. A educação, de acordo com o autor, precisa estar associada à socialização e à integração do autista; é de suma importância que professores e demais alunos se integrem com a criança autista. A escola e os professores precisam estar preparados para atendê-la, para assim conseguirem desenvolver o seu cognitivo e intelecto.

Cool *et al* (1995 apud BRITO, 2015, p.85), ressaltam como deve ser a estrutura para receber um aluno autista:

Primeiramente, necessita-se que o ambiente não seja complexo, e que elas sejam educadas em pequenos grupos que possibilitem um planejamento bastante personalizado dos objetivos e procedimentos educacionais em um contexto de relações simples e, em grande parte, bilaterais; em segundo lugar, o ambiente deve facilitar a percepção e compreensão, por parte da criança, de relações contingentes entre suas próprias condutas e as contingências do meio; além disso, o educador deve manter uma conduta educadora, estabelecendo, de forma clara e explícita, seus objetivos, procedimentos, métodos de registro, etc. (COOL *et al* 1995 apud BRITO 2015, p.85).

O autor também lembra que em relação ao currículo escolar, este deve ser adaptado às necessidades dos discentes, sendo importante proporcionar oportunidades apropriadas à criança autista. O professor precisa ficar atento com a organização e as condições estimuladoras do ambiente; as instruções e sinais que a criança apresenta; os auxílios que lhe são proporcionados; as motivações e reforços utilizados para fomentarem sua aprendizagem (BRITO, 2015).

Mantoan (2014 apud Basílio; Moreira, 2014, p.01) argumenta que é importante um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno. A educadora ainda acrescenta que é necessário que “a escola se afaste de modelos de avaliações que são baseadas em respostas pré-definidas e o saber baseado em notas; no que se refere ao aluno autista, o que está em jogo são as habilidades, sendo nelas que devem investir, para, então desenvolver-se as inabilidades.” (MANTOAN, 2014 apud BASÍLIO; MOREIRA, 2014, p.01).

Em um estudo realizado por Höher-Camargo (2007 apud SANINI; BOSA, 2015), afirma-se que a Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento de qualquer criança:

O perfil de competência social de uma criança pré-escolar com autismo, em situação de inclusão escolar, em relação a uma criança com desenvolvimento típico, mostrou evidências de competência social na criança com autismo, já que as diferenças encontradas em relação às crianças decorreram mais em função da menor frequência/intensidade dos comportamentos apresentados pela criança com autismo do que da sua ausência *per se*. Deste modo, estes estudos apontam para a importância da ampliação das investigações sobre a experiência de professores, alunos e famílias, em situação de inclusão, na área do autismo (HÖHER-CAMARGO, 2007 apud SANINI; BOSA, 2015).

Oliveira (2016) relata que as crianças autistas têm realmente grandes limitações, o que agrava a dificuldade de aprendizagem entre elas. As dificuldades relatadas pela autora são dificuldade de atenção; dificuldade de raciocínio e dificuldade de aceitação dos erros. Porém, algumas estratégias, segundo a autora, podem ser usadas no dia-a-dia para solucionar esses problemas, tais como: criar situações de faz-de-conta que despertem o interesse da criança; usar bonecos para representar a família; criar soluções simbólicas para ajudar a resolver os problemas; encorajar a investigar pistas e sinais; modelar/mediar uma sequência do que se deve fazer e introduzir palavras pelas quais a criança se interesse para que, posteriormente, ela possa construir frases com elas.

Ainda segundo a autora, os educadores precisam criar métodos de uma educação individualizada com foco nos problemas específicos da criança, incluindo a terapia de fala, habilidades sociais e treinamento de habilidades cotidianas. O professor e a escola devem elaborar estratégias para que as crianças autistas consigam desenvolver capacidades para poderem se socializar e interagir com as outras crianças ditas “normais” (OLIVEIRA, 2016).

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada classifica-se, quanto aos objetivos, como descritiva e exploratória. Exploratória na fase conceitual em que se buscarão dados por meio de uma revisão bibliográfica proporcionando maior compreensão sobre o assunto. Segundo Gil (2002), o principal objetivo da pesquisa exploratória é o aprimoramento de ideias. Em uma segunda etapa, será utilizada uma pesquisa descritiva, a qual, de acordo com o autor, tem como intuito a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Em relação à natureza, ela se classifica como básica e quanto ao tratamento dos dados, qualitativa. Segundo Minayo (2003), este tipo de pesquisa trata-se de uma atividade da ciência que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. De acordo com Gil (2002, p.28), “a pesquisa científica básica deve ser motivada pela curiosidade e suas descobertas devem ser divulgadas para toda a comunidade, possibilitando assim a transmissão e debate do conhecimento”.

Para a pesquisa, será usado o questionário da autora Oliveira (2015), contendo um total de 12 (doze) perguntas entre fechadas e abertas. Este questionário permitirá avaliar os desafios encontrados pelo professor no processo de ensino e aprendizagem da criança com Transtorno

do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil em uma escola particular da cidade de Ubá/MG.

O questionário, segundo Carmo (2013, p.01), “é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se verificar se os objetivos de um projeto foram atingidos” e será aplicado a uma amostra de professores que atuam na escola pesquisada, tendo como critério de inclusão: estar atuando na escola, ter dado ou estar dando aula para crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil na escola, além de considerar a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados serão coletados no período estabelecido pelo pesquisador, entre os meses de junho e julho de 2020. Para a coleta de dados, antes será feita uma aproximação e convite aos professores; esclarecimento da finalidade da pesquisa; assinatura do Termo de Consentimento; explicações quanto à aplicação do questionário. Os dados serão recolhidos, estudados e comentados obedecendo a ordem das questões do questionário. Para a análise das questões que foram abertas, foi usado a análise de conteúdo, uma técnica muito utilizada para análise em pesquisas qualitativas, que produz sentidos e significados, e que Bardin (2016, p. 37) define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dificuldades encontradas pelo professor no processo de ensino e aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil em uma escola particular da cidade de Ubá/MG foi o tema da pesquisa realizada com 5 (cinco) professoras no mês de junho e julho de 2020.

De acordo com as professoras entrevistadas, o primeiro contato com uma criança autista foi na faculdade, ainda no período do estágio. Das entrevistadas, todas procuraram através de cursos, palestras e pós-graduação se especializar sobre o assunto, para com isso dar um melhor suporte ao aluno em sala de aula, visto que houve um aumento de crianças autistas nas salas de aula nos últimos tempos.

Baggio (2007, p.19) explica esse fato, relatando que “o aumento do número de crianças deficientes na Educação Infantil faz parte do movimento mundial pela inclusão. Mas se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para

instituições, professores e sociedade”. Sendo assim, é importante que os profissionais se especializem cada vez mais.

O autor argumenta ainda que isso não é algo casual, mas sim, fruto da mobilização da sociedade por um direito garantido pela Constituição Brasileira de 1988, que assegura a entrada no Ensino Fundamental regular a qualquer criança e adolescente, sem distinção, ressaltando que a criança com necessidade educacional especial tem o direito de ser atendida por um profissional especializado dentro da própria escola. Ainda segundo Baggio, a inclusão ganhou reparo com a LDB 9394/96 e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que coibiu qualquer tipo de discriminação ou exclusão que seja baseada na deficiência, seja ela física ou mental (BAGGIO, 2007).

Em relação à formação dos professores, Baggio (2007) afirma que o professor é fator importante no quesito da inclusão; por essa importância, é necessário entender que ele precisa ter uma formação mais adequada ao seu papel e isso necessita ser contínuo e permanente, não bastando somente cursos de graduação, pós-graduação e aperfeiçoamento. São importantes, além desses, que haja cursos de curta e média duração que capacitem esses professores. A continuidade da formação é o fator primordial para se conseguir as competências que auxiliam o docente com as crianças especiais. Os professores precisam saber lidar com a diversidade, moldar o ensino ao benefício e ao ritmo da aprendizagem de cada criança, ajudando-a a ter significativas experiências de aprendizagem, pois é o que vai fazer a inclusão escolar funcionar, a ser realmente efetiva para o discente (BAGGIO, 2007).

Questionadas sobre as dificuldades encontradas na rotina da inclusão do autista na escola, todas foram unânimes em dizer que a aceitação da família é um grande problema, pois a maioria das famílias não aceita o diagnóstico e não procuram tratamento adequado para o Transtorno. No que diz respeito à sala de aula, a falta de profissionais adequados e especializados no acompanhamento e ajuda em sala e os aspectos do próprio transtorno, como a dificuldade na fala e a falta de interação, foram apontados como os principais problemas enfrentados.

Nessa perspectiva, Barbosa *et al.* (2013) afirmam que “a inclusão da criança com autismo em sala de aula deve existir de forma consciente; o conjunto escolar tem que possuir um suporte pedagógico sólido para incluir o aluno no contexto educacional”, acrescentando ainda que:

A inclusão da criança com autismo em escolas de ensino regular tem sido bastante discutida no âmbito educacional devido à complexidade das características e dificuldades apresentadas por elas quando inseridas na escola. Quando tratamos sobre o processo de inclusão escolar de crianças com autismo, diretamente recaímos sobre o papel do professor, visto que ele é o

Segundo Varella (2011, p.01), o autismo é um “transtorno global do desenvolvimento marcado por três características fundamentais: inabilidade para interagir socialmente; dificuldade no domínio da linguagem para comunicar-se ou lidar com jogos simbólicos; padrão de comportamento restritivo e repetitivo”.

Sobre se acreditam que a Educação Inclusiva ajuda no desenvolvimento da relação social do aluno autista com os demais alunos em sala, foram unânimes em dizer que sim e afirmaram que os jogos, as músicas e as brincadeiras ajudam a criança, mesmo a mais comprometida, a se inteirar e socializar com as demais, auxiliando, assim, no desenvolvimento emocional e intelectual não só da criança autista como de todos em sala, vivenciando uma educação sem rótulos, respeitando a individualidade de cada um, onde todos têm a ganhar.

Brito (2015) ressalta que, em relação aos aspectos educacionais, esses devem ter como pauta a integração social da criança autista. A educação, de acordo com o autor, precisa estar associada à socialização e à integração do autista; é de suma importância que professores e demais alunos se integrem com a criança autista. A escola e os professores precisam estar preparados para atendê-la, para assim conseguirem desenvolver o seu cognitivo e intelecto.

Na questão em que se pergunta se os demais alunos têm conhecimento sobre o autismo e que tem um aluno com esse transtorno em sala, os pesquisados foram unânimes em dizer que não rotulam nenhuma criança, e que o máximo que eles ficam sabendo é que aquela criança precisa de mais atenção, cuidado, afinal todos têm limitações. Em sala de aula, os pesquisados relataram que a relação da criança autista com os demais é sempre cordial, as crianças têm paciência e gostam de interagir.

Questionados se consideram importante o conhecimento do grau de autismo para melhor desempenho do trabalho e se consideram importante o acesso ao diagnóstico para o trabalho pedagógico, os pesquisados foram unânimes em dizer que sim, que é importante saber as capacidades e dificuldades da criança para realizarem um bom trabalho pedagógico, “*através do diagnóstico é possível traçar estratégias que visam um maior desenvolvimento da criança autista*” como respondeu a professora B.

Para Varella (2011, p.01) o diagnóstico “é clínico, levando em consideração o comprometimento e o histórico do paciente e norteia-se pelos critérios estabelecidos por DSM-IV (Manual de Diagnóstico e Estatística da Sociedade Norte-Americana de Psiquiatria) e pelo CID-10 (Classificação Internacional de Doenças da OMS)”.

Em relação aos pais, foi perguntado se eles oferecem suporte de informação sobre o comportamento e tratamentos da criança aos professores. Os pesquisados, na sua maioria, responderam que um dos grandes problemas enfrentados é a aceitação do problema do filho pela família. Muitos pais não aceitam e não procuram tratamento adequado e, como respondeu a professora A, *“a maioria das famílias não aceitam o diagnóstico, ou simplesmente o usam como bengala, podendo assim justificar o atraso no desenvolvimento da criança”*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se, através desta pesquisa, que o sucesso da inclusão de alunos com TEA esbarra em dificuldades importantes que afetam diretamente todos os envolvidos: as crianças, os pais e os professores. Pode-se citar Stainback (2006 apud CAMARGO *et al.*, 2020), que lembra que “um dos princípios fundamentais da inclusão é o olhar e o repensar da escola e das práticas pedagógicas para as necessidades educacionais especiais dos alunos”.

Diante disso, pode-se concluir que professores e escola precisam estar preparados para as necessidades de cada aluno incluso. Nesse sentido, é urgente atentar para as necessidades de formação e de suporte específicos dos professores, uma vez que foram unânimes em responder que a falta de preparação dos professores auxiliares em sala é uma das grandes dificuldades enfrentadas por eles. É preciso lembrar que os professores estão em contato direto e diário com o aluno e dele depende o seu desenvolvimento. Outra grande dificuldade parte dos familiares, a recusa em aceitar o diagnóstico, dificultando tanto o processo de ensino e aprendizagem por parte dos professores, como a qualidade de vida da criança e da própria família.

Diante de tudo que foi dito, este trabalho tem o intuito de servir como base para novos estudos que possam contribuir para a solução dos problemas encontrados. A limitação vem do número reduzido de professores participantes, que se deve à pandemia enfrentada no país, limitando o resultado dos dados que devem ser considerados para novos estudos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, L.C.D. **Tratamento**. 2016. Disponível em:
<http://www.ama.org.br/site/tratamento.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BAGGIO, R. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. 2007. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BARBOSA, A. M.; ZACARIAS, J.C; MEDEIROS, K.N; NOGUEIRA, R.K.S. **O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo.** XI Congresso Nacional de Educação, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7969_6165.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BASÍLIO, M.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e necessidades da inclusão.** 2014. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento.** Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9. Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 14 abr. 2020.

BRASIL. **Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em 14 abr. 2020

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 mar. 2020

BRITO, E.R. A inclusão do autista a partir da Educação Infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop - Mato Grosso. **Revista Eventos Pedagógicos Articulação Universidade e Escola nas Ações do Ensino de Matemática e Ciências** v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1873/1422>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CARMO, V. **O uso de questionários em trabalhos científicos.** UFSC, Santa Catarina, 2013. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/O_uso_de_questionarios_em_trabalhos_cient%edficos.pdf. Acesso em 21 maio 2020.

CARNEIRO, R.U.C. **Educação Inclusiva na Educação Infantil.** Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/735/708>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GARCIA, B.M.M. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução.**4. ed. / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

GONÇALVES, P.P. **O Autismo e a aprendizagem escolar.** 2013. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/autismo/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GRISPINO, I.S. **A importância da Educação Infantil**. 2006. Disponível em: http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1421. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARTINS, E.R.P. **Autismo na Educação Infantil**. 2011. Disponível em: <http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/tcc-Elis-Regina-Petry-Martins.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 22ª ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, E. **Educação de crianças autistas**. 2015. Disponível em: <http://www.infoescola.com/pedagogia/educacao-de-criancas-autistas/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PASCHOAL, J.D; MACHADO, M.C.G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em: 30 de mar. 2020.

REIS, A. **Educação Infantil é prioridade**. 2015. Disponível em: <http://novaescola.org.br/politicas-publicas/educacao-infantil-prioridade-422791.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SANINI, C.; BOSA, C.A. **Autismo e inclusão na educação infantil: crenças e auto eficácia da educadora. Estudo psicol.** (Natal) v.20, n.3. Natal July/Sept. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2015000300173&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2020.

TENENTE, L. O que é autismo? **Revista Crescer**. 2015. Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Crianças/Saude/noticia/2014/04/o-que-e-autismo.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

VARELLA, D. **Autismo**. 2011. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/crianca-2/autismo>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VILLELA, R.C.R; LOPES, S.C; GUERREIRO, M.B.R. **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI**, 2013. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/desafios>. Acesso em: 30 mar. 2020.